

## RESEÑA

PEDRO MUÑOZ

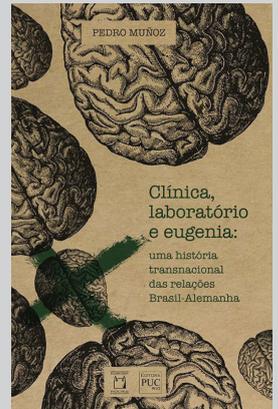
*Clinica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha*

Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018

Érica Vieira dos Santos

Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

[vieira.ERICA.santos@gmail.com]



## Resumo

O livro “Clínica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha”, de Pedro Muñoz, analisa as conexões científicas entre Brasil e Alemanha no campo da Psiquiatria, Neurologia e eugenia no início do século XX. O autor mostra como as ideias psiquiátricas alemãs, que enfatizavam uma abordagem organicista e biológica das doenças mentais, foram difundidas no Brasil por meio de intercâmbios acadêmicos e profissionais no período entreguerras, com profundo impacto na Psiquiatria brasileira.

## Palavras-chave

Brasil; Alemanha; Psiquiatria; Neurologia; eugenia.

## Abstract

The book “Clinic, Laboratory, and Eugenics: A Transnational History of Brazil-Germany Relations” by Pedro Muñoz analyzes the scientific connections between Brazil and Germany in the field of psychiatry, neurology, and eugenics in the early 20th century. The author shows how German psychiatric ideas, which emphasized an organicist and biological approach to mental illness, were spread in Brazil through academic and professional exchanges in the interwar period, with a deep impact on Brazilian psychiatry.

## Keywords

Brazil; Germany; Psychiatry; Neurology; eugenics.

Nº 17 (Julio-Diciembre 2023), pp. 63-68

[www.revistadeprisiones.com](http://www.revistadeprisiones.com)

Recibido: 19-8-2023

Aceptado: 20-9-2023

REVISTA DE HISTORIA DE LAS PRISIONES

ISSN: 2451-6473

A obra resenhada resulta da tese de doutoramento de Pedro Muñoz (2018), professor de História atualmente dedicado à pesquisa de História das Ciências, especialmente as relações científicas transnacionais entre Brasil e Alemanha envolvendo debates sobre psiquiatria, neurologia e eugenia.

O livro “Clínica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha” analisa a criação de uma agenda político-intelectual presente no século XX que difundia entre Brasil e Alemanha estudos neuropsiquiátricos sobre doenças nervosas e a modernização e internacionalização da psiquiatria. Neste contexto, a circulação das ideias psiquiátricas alemãs no Brasil faziam parte de um projeto hegemônico para aumentar o alcance da psiquiatria internacionalmente a partir do modelo alemão. A participação do médico baiano Juliano Moreira (1873-1933) é destacada pela divulgação de tais ideias e sua estreita relação com o psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1856-1926), que propagou a medicina mental alemã na América Latina.

O estudo é dividido em duas partes que investigam as relações teuto-brasileiras a partir da análise do discurso científico-biológico, envolvendo a Psiquiatria Organicista alemã e sua introdução na Psiquiatria brasileira. A primeira parte, intitulada “A neuropsiquiatria teuto-brasileira até 1918”, aponta o surgimento de novos paradigmas sobre as teorias biomédicas do século XIX, direcionando a uma nova concepção sobre o surgimento e tratamento das doenças mentais. A Psiquiatria acadêmica alemã, neste contexto, apropriou-se do lugar de produção científica, ocupado até então pelo alienismo, e promoveu transformações metodológicas utilizando novas técnicas e instrumentos de pesquisas em laboratórios, com o auxílio do microscópio. A marginalização das análises clínicas e a ampliação das pesquisas laboratoriais na área da Medicina Mental era uma reivindicação do poder médico sobre o conhecimento científico que desejava elevar a pesquisa laboratorial ao nível de especialização, onde apenas detentores de tal conhecimento teriam o poder de realizá-los (Pedro Muñoz, 2015).

Neste contexto, Wilhelm Griesinger (1817-1868) e Emil Kraepelin (1856-1926) aparecem como percursos da pesquisa experimental em medicina mental alemã, definida como Psiquiatria Organicista. Griesinger é apontado como referência nos estudos alemães e o primeiro a executar a combinação “neuropsiquiátrica” com a Psicologia, compreendendo as questões mentais como doenças somáticas do cérebro. A incursão das análises laboratoriais foi o caminho trilhado por seu sucessor, Emil Kraepelin, responsável pelo desenvolvimento de um novo e controverso sistema de análise nosológica, com destaque internacional, onde as doenças seriam determinadas através dos sintomas, o que resultou na criação de duas categorias de análises: a demência precoce e a loucura maníaco-depressiva. Seu modelo de pesquisa combinava questões clínicas com a Psicologia experimental, sem se afastar das análises anatomopatológicas. Tal posicionamento também era defendido por Alois Alzheimer (1864-1915), Gustav Aschaffenburg (1866-1944), Franz Nissl (1860-1919), Robert Gaupp (1870-1953) e Ernst Rudin (1874-1952), que compuseram uma equipe de seguidores fiéis ao pensamento de Kraepelin.

No Brasil do século XX, a ciência médica destacava-se como ferramenta de autoridade para a interpretação dos problemas sociais e raciais. Os debates científicos em torno do futuro da nação e da

formação da população fizeram penetrar nas instituições médicas e políticas uma forte ideologia de princípios racistas de diferenças biológicas e genéticas entre os indivíduos. No cenário internacional, o Brasil era visto como exemplo de degeneração e decadência, resultado do processo de miscigenação que teria acarretado na incapacidade produtiva da população. Tal ponto de vista era compartilhado por intelectuais e elites políticas e econômicas brasileiras, que ansiavam medidas eugênicas capazes de atingir o tão sonhado “homem ideal” (André Mota, 2003).

Assim, o intercâmbio teuto-brasileiro na medicina mental se iniciou quando o médico e professor da Universidade Federal de Medicina da Bahia, Juliano Moreira, passou a divulgar a Psiquiatria alemã no Brasil. Por também contribuir para o declínio da medicina mental francesa no país, tornou-se grande defensor da implementação de laboratórios nos hospitais, semelhantes aos alemães defensores da eugenia.

Moreira, assim como Kraepelin, aproximou-se das pesquisas experimentais e difundiu a necessidade da especialização em medicina. Ele também montou uma rede de colaboradores no Hospício Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, onde era diretor desde 1903, mas outros médicos tiveram ligação com a criação de uma comunidade psiquiátrica teuto-brasileiro, como Afrânio Peixoto, Antônio Austregésilio e Ulisses Vianna, iniciando um período de correspondências, especializações e participações em congressos nacionais e internacionais. Com a influência de Moreira e seus colaboradores foram fundadas instituições como a Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (1907) e os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins (1905), que buscavam ampliar o alcance da Psiquiatria Organicista no país.

Juliano Moreira era um crítico das interpretações sobre a degeneração de raça difundidas na época, chegando a publicar na Alemanha artigos defendendo a universalidade das doenças mentais, onde refutava as interpretações racialistas sobre o tema. Todavia, sua postura crítica não o impediu de adotar uma posição diplomática junto a intelectuais que defendiam a inferioridade cerebral dos negros perante os brancos.

O ponto chave da obra mostra como a “Grande Guerra” modificou as relações científicas-internacionais ao interromper os financiamentos de pesquisas e intercâmbios. Assim, as cooperações foram suspensas entre Brasil e Alemanha, onde a guerra intensificou os debates sobre a eugenia. Muitos intelectuais brasileiros e alemães “viam a guerra como eugenizadora e se apoiavam na retórica da vitória dos mais fortes sobre os mais fracos” (Pedro Muñoz, 2018, p. 121). Desta forma, os debates sobre higiene racial foram compreendidos como um mecanismo de “seleção natural” e a principal justificativa para a invasão da Alemanha a outras nações.

A tentativa de abandono do método clínico e a introdução do laboratório de medicina mental alemã fizeram parte dos esforços da Psiquiatria a partir do estudo sobre as lesões cerebrais e a predisposição às doenças hereditárias. O retorno ao método clínico, liderado por Kraepelin, incidiu em uma associação dos métodos de pesquisa e um interesse dos médicos brasileiros pelo modelo desenvolvido em Munique. No pós-guerra os intercâmbios são retomados, todavia, timidamente devido à

forte crise econômica que assolou a Alemanha. As relações culturais entre os dois países voltaram a se estreitar a partir de 1920, tendo em 1925 seu ponto mais alto.

Na segunda parte do livro, intitulada “A medicina mental depois do Tratado de Versalhes”, apresenta-se que no imediato pós-guerra a medicina mental alemã e a brasileira passaram por dificuldades. Enquanto a Alemanha enfrentava uma crise econômica, a França aproximava-se do Brasil, com estratégias para dificultar a influência germânica na América Latina. Em resposta, a Alemanha intensificou o fluxo de médicos para o Brasil e a entrada de médicos brasileiros na Europa, reforçando a circulação de periódicos e a participação em congressos.

A fundação da Primeira Sociedade Eugênica Brasileira, em 1918, demonstrou que os cientistas interessavam-se nos estudos de eugenia europeia como solução para problemas raciais. Todavia, até 1920 o país tinha um campo de pesquisa limitado e os estudos biológicos estavam restritos ao Instituto Oswaldo Cruz, demandando esforços para projetar o Brasil no cenário científico internacional (Stephan, 2004). No país, o discurso eugênico esteve incorporado às especialidades médicas de formas diversas; a Psiquiatria, por sua vez, entre as décadas de 1920-40 o incorporava à higiene mental, cujas proposições eugênicas baseavam-se na concepção biológica da sociedade sobre o argumento de degeneração racial (André Mota e Gustavo Queródia Tarelow, 2015). Com isso, eram formuladas propostas de esterilização dos doentes mentais considerados incuráveis, ou internações compulsórias em hospitais psiquiátricos (Gustavo Queródia Tarelow, 2020).

Após perder a Primeira Guerra Mundial e ser declarada culpada pelo conflito, tendo sua ciência contestada internacionalmente, a rivalidade franco-germânica foi acentuada e a França passou a denunciar os crimes cometidos pela Alemanha no contexto bélico, e a acusar sua ciência de ser responsável pela utilização de armamento químico no conflito. A propaganda antigermânica, foi bem-sucedida, conquistando intenso boicote à ciência alemã, com a expulsão de seus cientistas dos congressos e instituições internacionais.

Para recuperar sua posição, a Alemanha passou a estimular uma política diplomática que fizesse frente às dificuldades econômicas que atingiam, naquele momento, suas instituições científicas, contando com apoio financeiro de empresas privadas e pesquisadores estrangeiros. Os cientistas brasileiros angariaram fundos para ajudar a medicina experimental alemã fundando, em 1922, no Rio de Janeiro, a Sociedade de Amigos da Cultura Germânica, que tinha como finalidade estreitar novamente as relações.

Os debates sobre a prevenção eugênica no Brasil ganharam novos contornos com a contribuição do médico psiquiatra Ignacio da Cunha Lopes Filho que, juntamente com Moreira, tornou-se grande defensor da ciência alemã no Brasil, difundindo estudos sobre hereditariedade das doenças mentais e a profilaxia como prática preventiva, ao passo em que fazia frente ao discurso clínico e psicológico dentro das instituições psiquiátricas. O médico era defensor da esterilização e segregação como mecanismos de defesa social e racial – desejados, há muito tempo, por outros eugenistas que os apontavam como a melhor saída para os problemas raciais do país.

O médico e professor Renato Ferraz Kehl destacava-se entre os eugenistas brasileiros como o principal difusor desta doutrina. Em 1920 ele rompeu com os princípios da chamada “eugenia suave”, de influência neolamarckista, preocupada com os problemas das questões sociais e ambientais do país, passando a defender um modelo eugênico com medidas mais radicais e de viés mendeliano, a chamada “eugenia negativa”, que via na doutrina eugênica e, sobretudo, na esterilização dos considerados “inaptos”, o caminho para a consolidação das expectativas médicas frente ao país e seu povo (Vanderlei Sebastião de Souza, 2019).

Renato Kehl vê nos modelos radicais de eugenia anglo-saxã e germânica as respostas para problemas raciais enfrentados no Brasil, e conclui que o modelo de eugenia alemã era o mais audacioso, pois implementava sistemas de proteção racial à nação, sendo um grande exemplo a ser seguido pelo governo brasileiro (Robert Wegner e Vanderlei Sebastião de Souza, 2013).

A acessão do nazismo trouxe novo horizonte para as investigações epistemológicas dos higienistas raciais e a participação da Psiquiatria no Terceiro Reich representou oportunidades para as universidades alemãs, angariando recursos que financiavam suas pesquisas e transformando o pensamento eugenista radical em políticas públicas.

Em suma, dentro do contexto histórico narrado, a Alemanha, vista como parte do centro econômico e intelectual europeu, e o Brasil, na periferia acadêmica da América Latina, são apresentados por seus interesses científicos nos debates sobre Psiquiatria e eugenia, defendendo intervenções no tratamento precoce das doenças mentais e a inserção do método clínico e laboratorial para a localização e identificação das doenças no corpo.

Muitas questões são colocadas sobre continuidades e descontinuidades dos discursos biológicos e métodos científicos que permearam a primeira metade do século XX. A análise de amplo corpo documental em arquivos do Brasil e da Alemanha ajudam a compreender o alcance da Psiquiatria alemã (vista na época como uma ciência moderna) e sua influência na construção da Psiquiatria brasileira. O livro é profundo e exige do leitor um conhecimento prévio dos conceitos trabalhados, todavia, descreve bem as trocas científicas, culturais e políticas bilaterais entre os países, e a edificação da Psiquiatria Organicista no cenário internacional. É, sem dúvida, uma contribuição para os estudos da história da saúde mental brasileira.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mota, A.; Tarelou, G. Q. (2015). Eugenia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antonio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40. *Revista Dimensões*, nº 34, 255-279.

Mota, A. (2003). *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A.

- Muñoz, P. (2018). *Clínica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alema-  
ha*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Souza, V. S. (2019). *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*.  
Guarapuava: UNICENTRO.
- Stephan, N. L. (2005). *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro:  
Editora FIOCRUZ.
- Tarelow, G. Q. (2020). *Psiquiatria e Política: o jaleco, a farda e o paletó de Antonio Carlos Pacheco e  
Silva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Wegner, R.; Souza, V. S. de. (2013). Eugenia “negativa”, psiquiatria e catolicismo: embates em torno  
da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde*, n. 1, 263-288.